

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista Ltda. – SICOOB Sicoob Unibv, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 10/09/2016 o SICOOB UNIBV completou 20 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB Unibv obteve um resultado de R\$ 364.915,00 antes das destinações, representando um retorno anual de 6,69% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 5.086.224,46 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 10.044.724,00.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	10.044.724,00	%	100
--------------------	-----	---------------	---	-----

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 53,74% da carteira, no montante de R\$ 5.397.902,65.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 12.517.463, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15,35%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	2.931.626	%	23,42
Depósitos a prazo	R\$	9.585.837	%	76,58

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 72,50 % da captação, no montante de R\$ 9.074.740,88.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB Unibv era de R\$ 4.054.354,81 O quadro de cooperados era composto por 576 cooperados, havendo um acréscimo de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIBV adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,51% nos níveis de "A" a "C".

7. Plano de Negócios

No exercício de 2016 a cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à alteração estatutária para cooperativa de livre admissão, em conformidade com o disposto no artigo 12º da Resolução CMN nº 4.434/2016.

O plano de negócio foi elaborado com projeções para os exercícios de 2016, 2017 e 2018. Atualmente o desempenho é satisfatório, estando amplamente atingidas todas as unidades projetadas:

DESCRIÇÃO	Meta - Ano 1	Dezembro/2016	% Atingimento
Associados	617	576	93%
FONTES DE			
Depósitos a Vista	R\$ 2.727.856,00	R\$ 2.463.198,00	90%
Depósitos a Prazo	R\$ 5.135.135,00	R\$ 8.610.725,00	168%
Outros	R\$ 1.045.370,00	R\$ 279.109,00	27%
PATRIMÔNIO	R\$ 3.758.523,00	R\$ 4.065.613,00	108%
Capital Social	R\$ 2.990.237,00	R\$ 2.926.566,00	98%
Reservas e Sobras	R\$ 768.286,00	R\$ 1.139.047,00	148%
TOTAL DAS FONTES	R\$ 12.666.884,00	R\$ 15.418.645,00	122%
APLICAÇÕES DOS			
Centralização	R\$ 4.165.007,00	R\$ 4.259.970,00	102%
Operação de Crédito	R\$ 7.922.383,00	R\$ 10.277.502,00	130%
(-) Provisões de	R\$ 677.363,00	R\$ 315.618,00	47%
Outros Créditos	R\$ 264.069,00	R\$ 250.325,00	95%
Permanete	R\$ 992.788,00	R\$ 1.015.805,00	102%
TOTAL DAS	R\$ 12.666.884,00	R\$ 15.418.645,00	122%

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL SicoobUni, que, por sua vez, faz as auditorias

internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração e da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pela TC Brasil - Treinamento para Cooperativas do Brasil, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Unibv aderiram, em 07/11/2014, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a ouvidoria do SICOOB Unibv registrou 01 manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamação e solicitações de providências relacionadas principalmente a cartão de crédito.

A reclamação foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Boa Vista RR, 10 de março de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE BOA VISTA LTDA
CNPJ: 02.137.018/0001-65
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2016	2015	Discriminação	NOTA	2016	2015
Circulante		11.930.455	11.410.572	Circulante		12.849.317	11.114.542
Disponibilidades	3c	132.379	7.925	Depósitos	12	12.517.463	10.596.459
Títulos e Valores Mobiliários	04	261.488	222.181	Depósitos à Vista		2.931.626	3.504.478
Relações Interfinanceiras	05	5.086.224	6.707.447	Depósitos a Prazo		9.585.837	7.091.981
Centralização Financeira		5.086.224	6.707.447	Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	45.104	265.661
Operações de Crédito	06	6.137.836	4.022.467	Outras Obrigações	14	286.750	252.422
Operações de Crédito - Setor Privado		6.448.505	4.083.301				
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(310.670)	(60.834)				
Outros Créditos	07	299.347	448.808				
Outros Valores e Bens	08	13.181	1.744				
Não Circulante		4.984.475	3.330.750	Patrimônio Líquido		4.065.613	3.626.780
Realizável a Longo Prazo		3.906.888	2.386.687	Capital Social	16a	2.926.566	2.802.382
Operações de Crédito	06	4.007.469	2.443.442	Reservas Legal	16b	859.359	549.361
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa	06	(100.580)	(57.705)	Sobras Acumuladas	16c	279.688	275.037
Outros Créditos	07	-	950				
Investimentos	09	588.978	454.399				
Imobilizado de uso	10	469.845	481.607				
Intangível	11	18.764	8.058				
TOTAL DO ATIVO		16.914.930	14.741.322	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.914.930	14.741.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE BOA VISTA LTDA
CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstração das Sobras e Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.805.921	3.299.367	2.329.557
Operações de Crédito	1.527.593	2.553.815	1.936.788
Rendas de Aplicações	9.137	21.132	21.203
Títulos e valores mobiliários	-	-	4.533
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	269.192	724.420	367.033
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(801.686)	(1.620.519)	(1.034.548)
Operações de captação no mercado	(553.684)	(1.087.743)	(618.957)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(248.002)	(532.776)	(415.591)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.004.236	1.678.848	1.295.010
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERAC.	(651.901)	(1.317.245)	(946.207)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	77.361	140.709	141.262
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(390.384)	(682.358)	(532.106)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(546.419)	(1.037.031)	(859.802)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(1.191)	(5.642)	(7.956)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(72.169)	(125.091)	(78.486)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	280.901	392.168	390.881
RESULTADO OPERACIONAL	352.335	361.603	348.803
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(374)	11.911	50.905
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.	351.961	373.514	399.708
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.242)	(8.599)	(17.802)
Provisão para Imposto de Renda	(1.520)	(4.031)	(8.367)
Provisão para Contribuição Social	(1.722)	(4.568)	(9.436)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	348.719	364.915	381.905
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	(85.226)	(85.226)	(106.868)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(50.265)	(50.265)	(72.489)
Reserva Legal	(34.961)	(34.961)	(34.380)
SOBRAS DO EXERCÍCIO / SEMESTRE	263.492	279.688	275.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE BOA VISTA LTDA
CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.657.947	377.034	137.948	3.172.928
Integralizações/Subscrições de Capital	252.437	-	-	252.437
Incorporação de Sobras	-	137.948	(137.948)	-
Sobras	-	-	381.905	381.905
Devolução de Capital	(108.001)	-	-	(108.001)
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	34.380	(34.380)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	(72.489)	(72.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.802.382	549.361	275.037	3.626.780
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.802.382	549.361	275.037	3.626.780
Integralizações/Subscrições de Capital	252.067	-	-	252.067
Incorporação de Sobras	-	275.037	(275.037)	-
Sobras	-	-	364.915	364.915
Devolução de Capital	(127.883)	-	-	(127.883)
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	34.961	(34.961)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	(50.265)	(50.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.926.566	859.359	279.688	4.065.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE BOA VISTA LTDA

CNPJ: 02.137.018/0001-65

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.803.034)	(1.493.059)	4.608.373
Sobras / (Perdas) ajustadas	88.496	601.443	359.110
Sobras do Exercício	263.492	279.688	275.037
Depreciações	12.628	26.474	29.291
Amortizações	1.536	2.857	44.214
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(189.161)	292.424	10.568
(Aumento) redução nos Ativos	(3.088.025)	(3.829.277)	157.701
Títulos e Valores Mobiliários	(27.312)	(39.307)	513.849
Relações Interfinanceiras	-	-	3.380
Operações de Crédito	(3.108.991)	(3.928.944)	(278.475)
Outros Créditos	52.765	150.411	(80.057)
Outros Valores e Bens	(4.488)	(11.437)	(997)
Aumento (redução) nos Passivos	1.196.495	1.734.775	4.091.561
Depósitos	1.383.374	1.921.004	4.389.622
Outras Obrigações	(103.382)	34.328	(54.636)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(83.497)	(220.557)	(243.425)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(118.607)	(162.854)	(202.045)
Aumento dos Investimentos	(103.649)	(134.579)	(149.122)
Aquisições do Imobilizado	(8.067)	(14.712)	(33.658)
Intangível	(6.891)	(13.563)	(19.264)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	138.102	159.145	178.815
Integralizações de Capital	150.218	252.067	252.437
Devolução de Capital	(47.077)	(127.883)	(108.001)
Reserva Legal	34.961	34.961	34.380
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	(1.783.539)	(1.496.769)	4.585.144
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	7.002.143	6.715.373	2.130.229
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	5.218.604	5.218.604	6.715.373
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.783.539)	(1.496.769)	4.585.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA. - SICOOB UNIBV**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **10/09/1996**, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIBV** não possui Postos de Atendimento (PA). A sede do SICOOB UNIBV está localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 2001, Centro, Boa Vista - RR.

O **SICOOB UNIBV** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração em **10/03/2017**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo

Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	132.379	7.925
Relações interfinanceiras – centralização financeira	5.086.224	6.707.447
TOTAL	5.218.603	6.715.372

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto

3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de dezembro de 2016** e de **2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	261.488	222.181
TOTAL	261.488	222.181

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2016** e de **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	5.086.224	6.707.447
TOTAL	5.086.224	6.707.447

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	977.083	-	977.083	472.094
Empréstimos / TD	4.003.899	2.676.919	6.680.818	4.012.331
Financiamentos	1.467.523	1.330.550	2.798.073	2.042.317
(-) Provisões para Operações de Crédito	(310.670)	(100.580)	(411.250)	(118.539)
TOTAL	6.137.836	3.906.888	10.044.724	6.408.204

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
de Risco / Situação									
AA	-	Normal	224.296	-	215.170	439.466	-	-	-
A	0,50%	Normal	3.919.693	357.403	2.197.853	6.474.949	(32.375)	4.606.572	(23.033)
A	0,50%	Normal	93.551	1.984	27.491	123.027	(615)	280.489	(1.402)
B	1%	Normal	1.275.387	541.840	10.913	1.828.141	(18.281)	1.013.721	(10.137)
B	1%	Vencidas	105.635	16.905	93.196	215.735	(2.157)	35.647	(356)
C	3%	Normal	231.174	30.243	48.443	309.859	(9.296)	301.637	(9.049)
C	3%	Vencidas	49.908	335	126.727	176.971	(5.309)	209.812	(6.294)
D	10%	Normal	-	19.500	-	19.500	(1.950)	-	-
D	10%	Vencidas	154.943	1.846	38.446	195.234	(19.523)	-	-
E	30%	Vencidas	428.076	836	-	428.911	(128.673)	-	-
F	50%	Normal	13.879	5.000	-	18.879	(9.440)	-	-
F	50%	Vencidas	9.406	1.061	-	10.466	(5.233)	-	-
G	70%	Normal	-	-	-	-	(83.455)	-	-
G	70%	Vencidas	119.163	59	-	119.222	-	35.330	(24.731)
H	100%	Normal	-	-	-	-	(94.654)	43.535	(43.535)
H	100%	Vencidas	54.747	72	39.834	94.654	-	-	-
Total Normal			5.757.981	955.970	2.499.870	9.213.821	(250.066)	6.245.954	(87.157)
Total Vencidos			921.877	21.113	298.203	1.241.193	(160.896)	280.789	(31.382)
Total Geral			6.679.858	977.083	2.798.073	10.455.974	(410.962)	6.526.743	(118.539)
Provisões			(336.030)	(13.831)	(61.102)	(411.250)		(118.539)	
Total Líquido			6.343.828	963.253	2.736.971	10.044.724		6.408.204	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.343.859	2.456.359	2.676.919	6.477.138
Títulos Descontados	202.721	-	-	202.721
Financiamentos	441.005	1.026.517	1.330.550	2.798.073
Crédito por Avais e Fianças Honrados	960	-	-	960
TOTAL	1.988.545	3.482.877	4.007.469	9.478.891

Obs: Não está incluso o adiantamento a depositante, cheque especial e conta garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.014	76.609	-	77.623	1%
Setor Privado - Serviços	412.867	3.894.604	202.721	4.510.192	43%
Pessoa Física	563.202	5.304.957	-	5.868.159	56%
TOTAL	977.083	9.276.170	202.721	10.455.974	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	118.539	107.971
Constituições / Reversões	292.711	10.568
TOTAL	411.250	118.539

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	696.712	6,66%	326.225	5,00%
10 Maiores Devedores	3.956.216	37,84%	1.908.611	29,24%
50 Maiores Devedores	7.699.069	73,00%	5.018.558	76,89%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.074.569	1.040.244
Valor das operações transferidas no período / recuperadas	(80.386)	34.325
TOTAL	994.183	1.074.569

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	300.018	448.808
Avais e Fianças Honrados	959	
Rendas A Receber (I)	44.489	52.248
Diversos (II)	254.858	396.561
(-) Provisão para Outros Créditos	(288)	
Não Circulante	-	950
Diversos	-	950
TOTAL	300.018	449.758

(I) Refere-se a rendas de convênio a receber e a provisão dos Juros das aplicações realizadas na Central Sicoob UNI.

(II) Refere-se a adiantamento por conta de imobilizações no valor de R\$ 37.500. Títulos de crédito a receber no valor de R\$ 560 e recebimentos a serem processados no valor de R\$ 216.798.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (I)	13.181	1.744
TOTAL	13.181	1.744

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em Cooperativa Central de Crédito	544.311	422.919
Participações Inst. Financ.Controlada Coop. Crédito	44.667	31.480
TOTAL	588.978	454.399

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Terrenos	384.990	384.990	-
Instalações	15.909	15.909	10%
Móveis e equipamentos de Uso	64.526	61.541	10%
Sistema de Comunicação	20.453	17.558	10%
Sistema de Processamento de Dados	77.695	70.573	20%
Sistema de Segurança	50.181	50.181	10%
Sistema de Transporte	30.924	30.924	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(174.833)	(150.069)	-
TOTAL	469.845	481.607	

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	33.980	20.417
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(15.216)	(12.359)
TOTAL	18.764	8.058

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	2.931.626	3.504.478
Depósito a Prazo	9.585.837	7.091.981
TOTAL	12.517.463	10.596.459

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	1.505.686	12,08%	1.123.694	10,69%
10 Maiores Depositantes	7.267.676	58,32%	6.273.473	59,70%
50 Maiores Depositantes	10.942.715	87,81%	9.502.350	90,43%

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
COOPERATIVA CENTRAL	45.104	265.661
TOTAL	45.104	265.661

14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IOF a recolher	657	131
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	19	135
TOTAL	676	266

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Atos com Associados (I)	50.457	34.410
Resultado de Atos com não Associados (I)	-	38.214
Cotas de Capital a Pagar (II)	14.686	-
TOTAL	65.143	72.624

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular n° 3.224/06, o Fundo de

Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	1.723	15.956
Impostos e contribuições a recolher	24.682	20.310
TOTAL	26.405	36.266

d) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	12.909	9.056
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	92.482	12.266
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	66.106	52.002
Provisão para Passivos Contingentes (IV)	15.887	7.254
Credores Diversos – País (V)	7.142	62.688
TOTAL	194.526	143.266

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores

(II) Refere-se a saldo de conta salário.

(III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(IV) Refere-se a provisão para garantias prestadas.

(V) Refere-se a pagamentos a serem processados e pendências a regularizar.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIBV** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Nos exercícios de 2016 e de 2015, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	2.926.566	2.802.382
Associados	576	533

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **16/03/2016**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2015**, no valor de **R\$275.037**

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	364.915	381.905
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	15.304	38.109
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	349.610	343.796
Destinações estatutárias	69.922	68.759
Reserva legal - 10%	34.961	34.380
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	34.961	34.380
Sobra à disposição da Assembleia Geral	279.688	275.037

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Outras Receitas não Operacionais	12.290	55.354
Outras Despesas não Operacionais	(379)	(4.449)
Resultado Líquido	11.911	50.905

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2016**:

Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
375.086	3,91%
Montante das operações passivas	% em relação à carteira total
119.694	1,14%

Operações ativas e passivas – saldo em **2016**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	16.714	(167)	0,17%
Empréstimo	361.664	(5.391)	3,60%
Coobrigações	70.526	(304)	0,70%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,50 %	6,50%
Conta Garantida	5,00%	5,00%
Desconto de Cheques	3,00%	3,00%
Empréstimos	De 2,15% a 3,40%	De 2,15% a 3,40%
Aplicação Financeira	Variável (Montante aplicado)	Variável (Montante aplicado)

No exercício de **2016** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO	
EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários	147.600
Outras Desp. Diretoria e Conselho Administração	1.275
Despesas de Pessoal - INSS Diretoria e Conselheiros	35.436
TOTAL	184.311

20. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BOA VISTA LTDA. - SICOOB UNIBV, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas

pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIBV responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco

21.1 - Risco operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2 – Risco de mercado e de liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 – Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 – Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

22. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ **1.370.019**, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013.

25. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIBV**, esta cooperativa não possui reclamações de natureza trabalhista, tributária ou cível classificadas com perda possível.

BOA VISTA-RR, 31 de dezembro de 2016

Luiz Andrés Bazan Sanchez
Presidente

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista Ltda. - SICCOB UNIBV
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista Ltda. - SICCOB UNIBV, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista Ltda. - SICCOB UNIBV em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da cooperativa foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 23 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 10 de março de 2017.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4.726

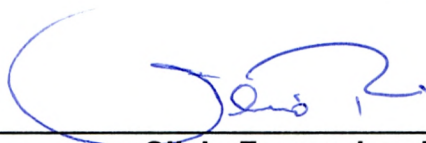
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinamos o balanço patrimonial da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Vista Ltda – SICOOB UNIBV, levantado em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da Administração, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2016, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

1. Balanço Patrimonial: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; (d) nos relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício pela Central; e (e) o parecer de Auditoria Independente formulado pela CNAC – (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2017.
2. Das Atividades durante o Exercício: (a) Atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de rito ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e (d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2016, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

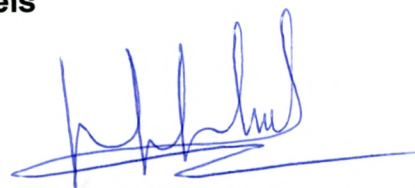
Boa Vista – Roraima, 20 de março de 2017.



Silvio Fernandes dos Reis
Conselheiro Fiscal



Marcelo Botelho de Oliveira
Conselheiro Fiscal



Nelson Calandrini A. Neto
Conselheiro Fiscal